

1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2020 DO
2 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS
3 RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 24 DE
4 SETEMBRO DE 2020, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

5
6 No vigésimo quarto dia de setembro de dois mil e vinte, quinta-feira, as
7 09:30, no **Google Meet**, foi realizada a 2ª reunião extraordinária do ano de 2020
8 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e
9 Pardo (CBH Mogi/Pardo - GD6). Na reunião estiveram presentes 29 (vinte e
10 nove) membros, representando 29 (vinte e nove) Instituições. **Estiveram**
11 **presentes os membros da Diretoria: Presidente Mateus Felipe da Costa,**
12 **Vice - Presidente Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**
13 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Secretária Adjunta**
14 **Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário); e os**
15 **Conselheiros: Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**
16 **Minas Gerais – CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar de Minas**
17 **Gerais - PMMG), Ruben César Alvim Vieira (Instituto Mineiro de Águas -**
18 **IGAM), Leonel Satiro de Lima (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA),**
19 **Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG), Renato Pan**
20 **(Instituto Estadual de Florestas - IEF), Alessandro Aparecido da Silva**
21 **(Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Paulo Roberto Pinheiro**
22 **(Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura**
23 **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal**
24 **de Andradas), Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé),**
25 **Sérgio Luis Resende (Companhia de Saneamento de Minas Gerais –**
26 **COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Fábio Augusto**
27 **Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das**
28 **Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Silvana Vieira Martins**
29 **(Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas – DMAE),**
30 **Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de**
31 **Poços de Caldas – ASMIPC), Rogério Araújo Dias (Associação Nacional**

32 dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Antônio Carlos
33 Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas
34 – ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável
35 - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tommazi (Agência Regional
36 de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Ana
37 Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia
38 Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG Campus Poços de
39 Caldas), Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de
40 Alfenas – Unifal), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho
41 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREAMG), Valnei
42 José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes – NARP),
43 Claudiomir Silva Santos (Instituto Federal do Sul de Minas – Campus
44 Muzambinho). **Convidados: Leandro Martins de Melo (Presidente da NARP)**
45 **Item 1. Abertura da reunião:** A reunião foi aberta pelo Presidente Mateus Felipe
46 da Costa o qual agradeceu a presença de todos ali presentes de forma online e
47 desejou uma boa reunião a todos. Reforçou a importância da reunião pois seria
48 eleito a nova diretoria do Comitê GD6. **Item 2. Execução do Hino Nacional:** O
49 Presidente convidou todos a cantarem o Hino Nacional do Brasil. **Item 3. Leitura**
50 **e aprovação das atas:** Foi realizada a leitura e aprovação das atas das reuniões
51 dos dias 13/02/2020 e 04/08/2020, com algumas sugestões de alterações
52 sugeridas pelos conselheiros Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas – IEF),
53 Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tommazi (ARPA Rio Grande) e José
54 Edilberto da Silva Resende (APS). **Item 4. Eleição e posse da nova diretoria:**
55 Foi feita a votação nominal para a eleição da nova diretoria e por unanimidade
56 foi escolhida a única chapa inscrita, formada por: Rogério Araújo Dias
57 (ASSEMAE) – Presidente, João Luiz Magalhães Teixeira (CREA-MG) – Vice
58 Presidente, Juvenal Nogueira Marques (SEMAD) – Secretário, Rafaela Macedo
59 Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) – Secretária Adjunta. **Item 5.**
60 **Assuntos diversos:** José Edilberto (APS) começou informando que o Curso de
61 Capacitação da Agência Nacional de Águas que ocorreria em Poços de Caldas
62 entre os dias 19 e 23 de outubro, foi suspenso devido ao cenário atual. Após o

63 conselheiro disse a respeito do Comitê Federal do Rio Grande que foi declarado
64 uma vacância temporária em função da discussão que houve em Brasília com o
65 ministro do Meio Ambiente. Informou também que como não havia como
66 prorrogar o mandato, houve uma carta pública e foi decidido que o Grande
67 estava “certo” sem ninguém no comando. Disse também que o processo eleitoral
68 vai ser retomado agora e até o ano que vem vai ter cumprido todo o processo de
69 substituição e indicação. Chamou a atenção dos conselheiros pois essa
70 transição que está sendo feita nos afluentes, assim que normalizar a situação
71 regimental da atual representação, após a solução prometida pelo CNRH, o
72 processo de habilitação de inscrição do Grande será mais simples. A conselheira
73 Silvana (DMAE) informou sobre a reclamação da reunião anterior a respeito da
74 ETE do Córrego D’antas. Informou que a ETE é um ganho para a cidade, visto
75 que muitas cidades não possuem, e disse também que em Poços de Caldas,
76 100% do esgoto coletado é tratado. Ressaltou que os gases provenientes do
77 tratamento não são armazenados em câmaras e sim, enviados diretamente para
78 um queimador de gás, porém esses gases não estão sendo queimados pois não
79 há pressão suficiente para que isso ocorra. A Silvana (DMAE) confirmou com a
80 engenheira responsável e disse que estão tomando medidas com relação ao mal
81 cheiro. Informou que estão em busca de melhorias e que está sendo feito
82 diversos estudos para aperfeiçoar isto. A conselheira Ângela (CREAMG)
83 pontuou a fala do José Edilberto (APS) que a vaga do comitê no comitê Federal
84 deve ser pleiteada e isso não impede que os outros segmentos possam pleitear
85 vagas também. Chamou atenção também que tem que estar atento às
86 mudanças do novo Marco do Saneamento Básico, para entender a nossa
87 posição. Informou também que foi aberta a possibilidade de uso de água
88 subterrânea em áreas urbanas e com isso teremos muita demanda de águas
89 subterrâneas. Opinou que a água subterrânea é muito complicada na questão
90 do volume de água outorgada. Disse também para as entidades pleitear uma
91 vaga no comitê Federal, que há essa possibilidade e não apenas a indicação do
92 comitê. O Antônio Carlos Sales (ASSEA) completou que com a nova diretoria, o
93 presidente será do estado de Minas Gerais e que devemos escolher uma pessoa

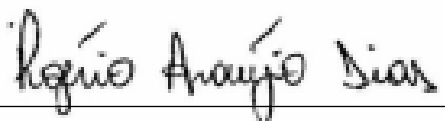
94 para representar bem o estado de Minas Gerais no comitê Federal. O
95 conselheiro José Edilberto (APS) ressaltou a importância dos mineiros no Comitê
96 do Rio Grande e agradeceu a conselheiro Silvana (DMAE) e solicitou que o
97 documento de resposta à reclamação deveria ser anexado junto com a ata da
98 reunião para que a resposta seja dada ao reclamante. Disse também que recebe
99 notícias referente a ETE e não há um canal oficial de comunicação para debater
100 sobre essas notícias. Reforçou que houve audiência pública da Comissão das
101 Águas e nem foi convocado e demandou ao novo presidente que o comitê ocupe
102 seu espaço na Comissão das Águas. Solicitou que fosse definido um canal oficial
103 do comitê. O conselheiro da APS tocou no assunto a respeito de duas fotos do
104 Rio Taquari, uma foto em Caldas e outra foto de um corpo hídrico em Santa Rita
105 de Caldas com possível derrame de gordura de frituras, com caráter de denúncia
106 de contaminação, que enviou no grupo do WhatsApp e não houve nenhum
107 posicionamento das agências reguladora e fiscalizadora e reforçou, também,
108 que o comitê deve ser diligente. A conselheira do CREA – MG informou que
109 recebeu as fotos e disse que a primeira providência seria uma denúncia a Polícia
110 Ambiental, para verificar a situação. Informou também que há todo um protocolo
111 da coleta de água para que seja válida a análise. Relembrou que existe uma
112 Comissão formada no Comitê referente a INB para acompanhar toda a
113 problemática da indústria. O atual presidente Rogério Dias (ASSEMAE)
114 concordou com a Ângela (CREA – MG) e reforçou a importância do grupo técnico
115 para acompanhar os assuntos pertinentes a INB. Retornou ao assunto do DMAE
116 e concordou com o José Edilberto (APS) que a questão maior é o estreitamento
117 do diálogo. Disse que há dificuldades quando se inicia uma ETE nova e que até
118 ela atingir a sua eficiência requerida, há uma demanda de muito empenho e
119 trabalho e que surgirão problemas, mas devem ser corrigidos. A palavra foi
120 passada para o Juvenal (SEMAD) e informou que Caldas tem uma Secretaria de
121 Meio Ambiente atuante e que poderia ajudar a Polícia Ambiental, pois a turbidez
122 foi identificada em um ponto do Rio Taquari e se pudessem colaborar para
123 encontrar a origem e encaminhar para a polícia, seria muito importante e
124 facilitaria. O conselheiro Paulo Pinheiro (Prefeitura Municipal de Caldas) disse

125 que conversaria com a sitiante para enviar a coordenada geográfica. O
126 representante da SEMAD informou que deve saber onde começa para resolver
127 o problema e o conselheiro Paulo (Prefeitura Municipal de Caldas) disse que
128 conversou com quem encaminhou a foto, que informou que o rio já está normal.
129 O Juvenal (SEMAD) reforçou que deve saber a origem no momento pois passou
130 e não tem mais o que ser feito. Disse que se ocorrer novamente, deve-se acionar
131 o pessoal de Caldas para nos ajudar. O conselheiro Paulo (Prefeitura Municipal
132 de Caldas) completou dizendo que a sitiante tem a água coletada em sua casa,
133 pois o pessoal da CNEN solicitou. A conselheira Laene Fonseca (FIEMG) disse
134 que a coleta tem um prazo pra ser entregue e que há a questão do frasco, que
135 dependendo do tempo não há como utilizar. Paulo (Prefeitura Municipal de
136 Caldas) informou que o contato dentro da CNEN, da sitiante, é o Heber. A
137 conselheira do CREA-MG, Ângela, disse que o Heber, como técnico sério que
138 conhece, não pediria para alguém coletar a água pois há todo um procedimento
139 a ser seguido para ser considerado em uma análise. E reforçou que devemos
140 voltar o Plano Diretor e mapear as atividades da bacia e onde elas estão. O
141 conselheiro da NARP, Valnei José de Melo, opinou dizendo que toda essa
142 questão envolvendo o afluente próximo a INB é algo muito sério e que devemos
143 nos organizar e nos capacitar, para monitorar e agir da maneira mais correta
144 possível. A palavra foi dada ao conselheiro Antônio Carlos Sales (ASSEA) que
145 concordou com o Juvenal (SEMAD) e Ângela (CREA-MG) que o cadastro do
146 Plano Diretor é fundamental e que todos devem ter o Plano Diretor e devem
147 estudá-lo, principalmente as 5 (cinco) ações que foram aprovadas em Jacutinga.
148 Mencionou que falta apoio e que todos devem estar unidos, além de dizer que
149 as Câmaras Técnicas devem trabalhar. A conselheira Laene, da FIEMG, deu
150 sugestão de ponto de pauta para a próxima reunião, que devemos colocar pelo
151 menos 1 (uma) das 5 (cinco) ações do plano diretor em plenária para serem
152 debatidas e qualquer assunto específico que precisar de mais tratamento, deve
153 ser encaminhado para a Câmara Técnica. O conselheiro da ASSEA concordou
154 e disse que esse assunto já foi aprovado pela Câmara Técnica e pela Plenária e
155 que agora devem ser executadas essas ações. A palavra foi passada para o

156 convidado Leandro Martins de Melo, presidente da NARP, que informou que as
157 imagens do Rio Taquari foram enviadas pela moradora afim de procurar
158 entidades para verificar o que estava acontecendo. Falou que essas denúncias
159 acontecem periodicamente e solicitaram ajuda do comitê para agilizar essas
160 denúncias. Reforçou a importância dos moradores, que são vigilantes das águas
161 e que repassam os problemas em forma de denúncia, que por muitas vezes não
162 sabem para onde recorrer. Informou que indica a realização da denúncia
163 anônima, através do número 181. Colocou-se à disposição para ajudar o comitê
164 e reforçou que os conselheiros são defensores das águas e que devemos dar
165 voz a população. A palavra foi passada para a conselheira Ângela (CREA-MG)
166 que sugeriu que devemos eleger uma prioridade, no caso do Plano Diretor, para
167 centralizar o trabalho e ver quais instituições estão listadas como parceiras para
168 que haja a mobilização focada na prioridade eleita. Agradeceu ao Leandro
169 (Presidente da NARP) pelas explicações a respeito da poluição do rio e disse,
170 também, que é essencial a Polícia Ambiental ter treinamento para coleta de
171 água. Informou que seria interessante a montagem de uma rede de treinamento
172 para as pessoas que vivem o problema realizarem a coleta e documentação com
173 relação a poluição da água. Juvenal (SEMAD) disse que pensa da mesma
174 maneira que a Ângela e disse também que devemos ter um braço executivo e
175 buscar uma parceria com o Ministério Público. Completou dizendo que devemos
176 realizar, de forma organizada, a criação de um programa de treinamento,
177 capacitação e credenciamento. A palavra foi passada para o conselheiro Newton
178 Eleutério (PMMG) que informou que iriam no local próximo à INB realizar a
179 fiscalização. Solicitou ao Leandro (Presidente da NARP) a localização exata
180 onde ocorreu a possível contaminação do recurso hídrico por fritura de batata.
181 Disse que não se atém muito a questão de laudos periciais e caso a empresa
182 seja autuada, cabe a mesma provar documentalmente que não realizou aquele
183 fato. O Tenente (PMMG) informou que não realizam a coleta pois não possuem
184 equipamentos e nem conhecimento técnico. Concordou com o Juvenal (SEMAD)
185 e deu a sugestão de que o Ministério Público tem a competência de designar
186 uma empresa, laboratório ou profissional técnico para auxiliar nas análises. A

187 conselheira da FIEMG, Laene, sugeriu que pudéssemos mapear os laboratórios
188 que dão apoio na região para que se tenha um retorno de resposta mais rápido.
189 A Ângela (CREA-MG) solicitou a palavra e completou dizendo que a Câmara
190 Técnica de Meio Ambiente deveria realizar um roteiro baseada em todas as
191 sugestões propostas na reunião. O conselheiro José Edilberto (APS) reiterou a
192 fala da Ângela (CREA-MG) da efetividade do papel do comitê, de ser propositivo,
193 consultivo, deliberativo e de fazer acontecer. Pediu o posicionamento do IGAM
194 a respeito de tudo que foi debatido durante a reunião. O conselheiro suplente
195 Ruben Vieira (IGAM) informou que irá repassar a demanda para o IGAM, que irá
196 analisar o que deve ser feito nessas situações. O conselheiro da APS agradeceu
197 e disse que na reunião que ocorreu em Bom Repouso houve a mesma
198 manifestação e o IGAM não deu um posicionamento até então. O conselheiro
199 continuou dizendo que o comitê deve ter um canal oficial de comunicação e que
200 o grupo do WhatsApp deva ser excluído. A palavra foi passada para o atual
201 presidente Rogério Araújo Dias (ASSEMAE) que concordou com a Ângela
202 (CREA-MG) dizendo que devemos buscar uma facilidade para resolver os
203 assuntos e se houvesse um canal de comunicação efetivo, seria melhor.
204 Discordou com José Edilberto (APS) a respeito da extinção do grupo do
205 WhatsApp pois o mesmo facilita a comunicação. Lamentou o caso de conflito de
206 uso da água, no qual o DMAE passou, não ter chegado antes ao comitê, que
207 esse assunto deveria ser discutido desde o princípio dentro do comitê. Disse que
208 o DMAE foi proativo para não prejudicar a empresa privada, além de proferir
209 sugestões, como captar águas na madrugada. A conselheira Laene (FIEMG)
210 concordou com o atual presidente dizendo que o WhatsApp ajuda e facilita
211 bastante a comunicação, mas não deve ser a única via e que o meio oficial deva
212 ser por e-mail. A conselheira Ângela (CREA-MG) questionou se todos os
213 conflitantes do caso do DMAE tinham outorga e lembrou que a prioridade é
214 abastecimento público e dessedentação de animais. Rogério Dias (ASSEMAE)
215 informou que não haveria outorga por parte da empresa, porém foi
216 providenciada. Ângela (CREA-MG) informou que o que foi feito foi a autuação
217 pedindo para outorgar. Rogério Dias (ASSEMAE) informou que o DMAE tem

218 outorga e por isso foi feita a denúncia. Laene (FIEMG) lembrou o papel do
219 comitê na resolução e diminuição de conflitos. E completou dizendo que quem
220 não possui a outorga, não tem o direito de reclamar. A palavra foi passada para
221 o conselheiro José Edilberto (APS), que completou o caso do DMAE, informando
222 que de acordo com as notícias veiculadas na imprensa, demonstram que houve
223 um acordo para utilização dos recursos hídricos, irrigando em horários diferentes
224 de captação. E reiterou que esse tipo de conflito é de competência do Comitê.
225 A conselheira Ângela completou que esta negociação é inválida, pois não
226 havendo outorga o irrigante não poderá captar água para a irrigação. Disse
227 também que só poderia haver negociação se ambas as partes tivessem outorga.
228 **Item 6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a 2ª Reunião Extraordinária
229 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada as 12:00.



Rogério Araújo Dias
Presidente CBH – GD6